

# O fracasso do evergetismo romano na Judeia

**ROSANA MARINS DOS SANTOS SILVA**

Mestre em História Comparada pela Universidade Federal do Rio de Janeiro.

Professora de História da Pós-Graduação das Faculdades Simonsen, Rio de Janeiro

**RESUMO** Este artigo se propõe a investigar as causas pelas quais o processo de dominação romana foi se degradando aos poucos na Judeia do século I. O Evergetismo romano era um princípio político em que, através de um acordo entre interessados, geralmente um nobre e um vassalo, ou o rei e um nobre, o de mais alto escalão oferece favores e espera algum tipo de retribuição e reconhecimento da outra parte a fim de impor sua autoridade pela consensualidade. No caso da Judeia, este acordo foi feito pelo imperador romano e a classe dirigente da Judeia, a qual, por sua vez, deveria reproduzir o modelo ao povo. Contudo, vários fatores neste processo impediram o Império Romano e a classe dirigente da Judeia de colocar em prática este modelo de dominação, levando à fatídica guerra do ano 70.

**PALAVRAS-CHAVE** Império Romano, classe dirigente da Judeia, guerra, modelo econômico, Evergetismo.

**ABSTRACT** This article aims at investigating why the Roman domination process gradually degraded in Judaea during the 1st Century. Roman Evergetism was a political principle according to which, by agreement between the interested parties, generally a noble and a vassal or the king and a noble, the one who is higher on the social scale offers favors and expects some kind of retribution and acknowledgment from the other party in order to impose his authority by consensus. In the case of Judaea this agreement was made between the Roman Emperor and the leading class of Judaea, which in turn was to reproduce this model toward the people. However, several factors in this process prevented the Roman Empire and the leading class of Judaea from putting this model of domination into practice, which thus led to the fateful war of 70 C.E.

**KEYWORDS** Roman Empire, leading class of Judaea, war, economic model, Evergetism.

## Introdução

**O PROPÓSITO DOS ROMANOS ESTAREM INTERESSADOS NA PALESTINA FOI, PROVAVELMENTE, alcançar o Egito, incorporado pelo império décadas seguintes. Antes desse acontecimento, a Palestina era a fronteira sudeste do Império Romano e estava sob o controle do legado da província da Síria. Hircano II, filho de Alexandre Janeu, que conseguiu o favor de Pompeu, recebeu o sumo-sacerdócio, mas não o título real.**

A história se repetiu: depois de um breve período de liberdade, os judeus caíram mais uma vez sob domínio estrangeiro. O controle dos romanos sobre seus domínios orientais era firme, tanto que as repetidas tentativas de vários membros da família dos hasmoneus de obter o poder foram, na realidade, insignificantes.

Os líderes judeus tiveram de tomar muito cuidado para apoiar o candidato certo, assegurando com isso a manutenção do limitado grau de autogoverno que possuíam. Hircano II conseguiu essa façanha; depois da morte de Pompeu, apoiou César e este o recompensou com o título de “etnarca” (líder do povo).

Ao conquistar a Palestina, em 63 a.E.C., Pompeu dividiu o reino hasmoneu em duas jurisdições: ao *ethnos* judaico foram concedidas regiões consideradas predominantemente judaicas: parte da Judeia ao redor de Jerusalém, uma parte da Idumeia ao Sul, a Pereia ao leste, do curso mais baixo do Jordão, e, finalmente a Galileia. O restante havia sido restituído às *poleis* hele-nistas, que os hasmoneus haviam tentado eliminar enquanto realidade política.

Herodes recebeu o título de “Rei dos Judeus” em 37 a.E.C. com o apoio dos romanos, da

mesma forma conseguiu consolidá-lo com a ajuda de Roma. Era astuto e inescrupuloso, mas também audaz e hábil quando necessário para tomar decisões rápidas e agir com firmeza. Herodes eliminou os adversários do seu regime e todos os considerados perigosos para seu governo. Não respeitou laços de amizade ou familiares.

Não havia dúvida, porém, que a situação da Judeia melhorou muito pelo fato de Herodes ser um adepto aberto e caloroso do helenismo. Sua admiração pelos valores helenistas e sua atitude positiva para com a cultura ocidental faria com que as coisas fossem mais fáceis para qualquer um que desejasse a aceitação romana.

Certamente, Herodes Magno foi o primeiro modelo romano de dominação implantado na Judeia, visto ter ele pertencido a uma classe proeminente da região da Idumeia. Em qualquer província dominada tal cooperação de uma elite local era um elemento tido por certo pela administração romana e importante para sua atuação.

Dirigentes locais mantinham a ordem através de seu prestígio entre o restante da população e por sua própria conta poderiam controlar uma pequena tropa levemente armada para trabalhos de polícia. Faziam uso de seus conhecimentos locais para reunir estatísticas de recenseamento e eram responsáveis pela coleta de impostos.

Em troca de seus serviços as aristocracias locais podiam habitualmente esperar receber benefícios de Roma. Dentre esses, o principal era confirmação e o apoio romano ao seu prestígio local, mas podiam também esperar tirar algum lucro, ficando com a parte da renda da coleta de impostos. Finalmente, podiam esperar a cidadania, juntando-se assim à próxima classe dirigente romana, por meio de serviço no exército romano ou como representantes (procuradores) dos imperadores. A entrega do poder a tais homens também traria vantagens

práticas. O desejo de preservar suas propriedades manteria esses líderes locais favoráveis à paz e, conseqüentemente, a Roma, e sua posse de suficiente riqueza lhes possibilitaria assegurar um pagamento regular de impostos com seus próprios recursos, mesmo se enfrentassem dificuldades na coleta do tributo exigido do resto da população. Desse modo, a utilidade apoiava os interesses. Durante a firme conquista do seu império, Roma sempre favoreceu as oligarquias ricas dos estados com que entravam em contato, governando as províncias por meio do apoio dos ricos.

Era prática romana não só de confiar em líderes locais existentes como também, e de modo igualmente importante, deixar, sempre que possível, intactas as instituições locais estabelecidas quando era criada uma província, era conhecida como *evergetismo*. No caso da Judeia, a instituição óbvia de onde se poderia esperar que proporcionasse no país a desejada impressão de paz e continuidade era o Templo e seus sacerdotes.

### O fracasso do evergetismo

No sistema imperial, a aplicação essencial do poder era beneficiar as elites e seus agregados pela aquisição adicional de terras e produtos – vegetal, animal e humano. A principal manifestação desse poder era a extorsão periódica necessária para a proteção imperial em um sistema de tributação para o benefício das elites.

Em termos de economia formal, todas as economias do Império Romano eram economias de subsistência. Produtores isolados podiam produzir somente o necessário para subsistir durante um determinado ano. A economia não tinha excedente. Então, como era possível para as pessoas sobreviverem em economias de subsistência dado o tipo de controle e de constante extorsão aplicados pelo

Império Romano sobre as pessoas que não pertenciam às elites?

Um conjunto básico de dispositivos é encontrado em vários sistemas de parentesco, famílias nucleares, famílias extensas e organizações de clãs. Uma extensão desses dispositivos pode ser encontrada nas relações de pseudoparentesco presentes em muitas sociedades camponesas. O status igual criava dispositivos para ajudar um ao outro em situações difíceis, como vizinhos e amigos. Finalmente, há um número típico de mecanismos sociais camponeses que funcionam para equalizar a pobreza por meio de rituais de consumo visíveis, doações e, especialmente, patronagem. A seguir, Malina descreve como funcionava este sistema:

O primeiro laço patrono-cliente se estabelece entre duas partes desiguais em *status*, riqueza e influência. Segundo, a formação e manutenção do relacionamento depende da reciprocidade na troca de bens e serviços. Entretanto, essas trocas mútuas envolvem bens e serviços não comparáveis. Numa transação típica, a pessoa de baixo *status* (cliente) receberá bens materiais e serviços destinados a reduzir ou melhorar as ameaças no seu ambiente, enquanto a pessoa de status alto (patrono) recebe menos recompensas tangíveis, tais como serviços pessoais, indicações de boa opinião, deferência ou lealdade (ou como em Roma, em certo tempo, serviços de natureza diretamente política, tal como o voto). Terceiro, o desenvolvimento e manutenção de um relacionamento patrono-cliente se apoia principalmente no contato face-a-face entre duas partes; as trocas incluídas nesse relacionamento eram de caráter altamente íntimo e particular e dependiam dessa proximidade (MALINA, 2004, p.40).

Além disso, é necessário destacar outras caracte-

rísticas desta prática de relações sociais para entendermos melhor a situação das classes pertencentes à não-elite dentro deste sistema. As economias domésticas e políticas envolvem grandes áreas de terras com investimento mínimo por parte dos proprietários; o mesmo é verdade para suas atividades de extração. A administração econômica está preocupada mais com a expropriação do que com o desenvolvimento. A tributação existe para o benefício das elites, não para o bem comum. As atividades econômicas domésticas e a política visam mais à expansão do controle dos domínios ou territórios cada vez maiores ao invés de olhar para o desenvolvimento interno. Há uma exploração intensiva dos recursos básicos naturais.

Finalmente, o comércio é orientado aparentemente para as elites em outras cidades. Esse comércio é regulado pelas autoridades políticas e frequentemente realizado por grupos externos recrutados.

Estudos comparativos sugerem que as relações de patrono-cliente tendem a surgir onde a “autoridade é dispersa e a atividade do Estado tem alcance limitado, e onde há considerável separação entre os níveis do lugarejo, da cidade e do Estado” (SALLER, 1982, p.205). As relações de patrono-cliente fornecem parte da resposta à questão de como um império tão vasto era governado por um corpo administrativo de tamanho tão diminuto, não simplesmente na esfera da política e da administração, mas também num sentido socioeconômico mais amplo.

A troca recíproca pessoal, mas vertical, de bens e serviços nas relações patrono-cliente opõe-se diametralmente às associações horizontais e à reciprocidade personificada dos laços de parentesco nas pequenas cidades. As ligações verticais de alguns camponeses solapam a solidariedade das comunidades camponesas. Entre os pobres urbanos romanos, não se deve pensar que eles estivessem satis-

feitos com a dependência ou que o patronato de fato minorasse a fome e a pobreza. A elite romana valia-se do patronato apenas como um instrumento de controle social, uma forma de impor certa hegemonia sob bases consensuais.

Essa consolidação do poder por meio da transformação do sistema de patronato pessoal se evidencia na administração emergencial do império a partir da própria cidade imperial. Este sistema tinha por fundamento o valor romano básico segundo o qual a honra e o prestígio, que todos clamavam para ter, derivavam do poder de dar o que os outros precisavam e queriam.

É de se presumir que este tipo de relação social trouxesse muitos benefícios mútuos para ambas as partes. No modelo provinciano local, para os funcionários o apoio dos notáveis locais seria necessário, entre outros motivos para protegê-los de problemas futuros, como queixas de má administração. Para as elites locais, os clientes teriam melhores condições do que outras pessoas na consecução de suas ambições, fossem estas o poder, a honra ou os ganhos materiais para si, caso conseguissem ter um bom relacionamento com os funcionários romanos, ou, o que era bem melhor, com o próprio imperador.

Augusto e seus sucessores governavam distribuindo *beneficia* como favores pessoais a senadores e *equites*. Como documenta Saller:

Todas as magistraturas, cargos e honras senatoriais estavam à disposição do imperador (...) todas eram usadas – seja de modo direto, pelo imperador, ou indiretamente, pelos que lhe eram próximos – como *beneficia* nas relações patronais de troca (...). Além disso, considerava-se o patronato o método usual por meio do que particularmente novos homens garantiam o avanço na carreira senatorial (SALLER, 1982, p.45).

Os imperadores, contudo, não monopolizavam o patronato. Nem o podiam, a fim de não solaparem o incentivo à gratidão pessoal da parte dos seus súditos. Antes, se empenhavam em estimular, por meio de oferecimento de recursos, os patronos aristocráticos a recompensar seus clientes. Os imperadores bem sucedidos eram os que mantinham contentes os aristocratas imperiais ao permitir-lhes a manutenção de seu exaltado *status* social, o que implicava a disposição para permitir que grandes casas exibissem sua influência patronal à maneira tradicional.

Horsley (2004, p.101-102) afirma que foi por meio deste sistema de patronato pessoal que Roma administrava, com um certo sucesso, as províncias. A ideia tradicional de que Roma apoiava as aristocracias municipais por todo o império e em contrapartida se beneficiava de sua adesão tinha aqui seu paralelo no plano pessoal. Assim como o imperador distribuía sua cota de *beneficia* a fim de comprar a lealdade da aristocracia romana, assim também o governador construía uma leal e útil clientela entre aristocracia provincial, recorrendo para isso tanto ao favorecimento de clientes em disputas locais como ao fornecimento do patronato necessário à entrada na aristocracia imperial. E prossegue:

Tendo o imperador como modelo tanto para as cidades remotas como para a própria Roma, a elite provincial e a romana lutavam por prestígio e nomeação para o sacerdotado, em particular como oficiais em sacrifícios públicos, os rituais que manifestavam a solidariedade dos organismos políticos de cidades, províncias e do império como um todo. A elite religiosa era a própria elite político-econômica. A elite político-econômica dominava a sociedade urbana e provincial precisamente graças a seu patrocínio e seu con-

trole dos sacrifícios públicos e do culto ao imperador! Em linguagem paulina e dêutero-paulina, os 'principados e poderes' podem muito ter dado de si a impressão de forças cósmicas sobre humanas. Mas também eram forças bastante concretas, produtos humanos de instituições político-religiosas e de relações patrono-cliente que vieram a constituir as relações de poder da ordem imperial romana. (HORSLEY, 2004, p.101-102)

Os reis dependentes e sumos sacerdotes que governavam a Judeia no século I E.C. eram partes integrantes da ordem imperial romana recém estabelecida no Oriente Médio. A face que Roma apresentava ao povo judeu era a dos reis herodianos e dos sumos sacerdotes em Jerusalém. Esta nova estrutura estabelecida por Roma como o único grande império remanescente, porém, significava ruptura e desordem para povos subjugados do Oriente Médio, como os judeus.

Os romanos instalaram seus próprios governantes dependentes, os reis herodianos e os sumos sacerdotes de Jerusalém, que controlaram a área e, ao mesmo tempo, consolidaram um estilo de vida cada vez mais perdulário, desperdiçando em reconstruções ou em cidades recém fundadas, como Séforis e Tiberíades. Além do trauma e da opressão militar, a ordem imperial que os romanos impuseram ao povo judeu significava camadas múltiplas de governantes e exigências de tributos e impostos, sobrecarregando, assim, o costume tradicional de dízimos e ofertas para sacerdotes do Templo. O impacto do controle imperial ocidental, e as tentativas dos governantes independentes para integrar a Palestina na economia imperial ocidental, as tentativas dos governantes dependentes para integrar a Palestina na economia imperial romana mais ampla ameaçavam a viabilidade e a continuação do modo de vida tradicional da Judeia.

Esta questão moral da sociedade de patronagem foi tratada por Anthony Hall (1977, p.511), que propõe uma distinção clara entre aquelas relações de apadrinhamento que se baseiam numa aceitação patente dos valores tradicionais por parte dos subordinados e as que se baseiam em formas de repressão óbvia por parte dos poderosos num momento em que sentem que estão perdendo lentamente sua legitimidade. E prossegue:

Elas estavam centradas na aceitação geral, por parte dos membros da massa rural, do sistema sócio-econômico e da estrutura de valores que permitiam que eles fossem explorados. Desde que o sistema de apadrinhamento lhes garantisse os meios necessários de sobrevivência, eles retribuía com lealdade ao seu senhor (HALL, 1977, p.511).

No sistema de patronato o papel sacrificial do imperador não pode ser compreendido em isolamento, pois está ligado intrinsecamente à sua filantropia e à sua generosidade e, portanto, ao acúmulo de capital simbólico. No tocante a isso, sua atividade sacrificial serve de exemplo a todas as elites do império.

Portanto, o sacerdotado tinha uma função muito específica: ser um veículo para a institucionalização do evergetismo com relação ao povo de Roma e de compelir a elite senatorial a imitar a generosidade do imperador. Se os principais membros da ordem senatorial também dão, o evergetismo se torna um signo de responsabilidade social de toda uma ordem. E o fato de darem em consideração a um bem não político, um sacerdotado, bem puramente simbólico, deixa claro que o sistema evergético é para o bem do povo, que recebe reais benefícios em troca de concessão de honras. Contudo, Gordon destaca que:

(...) o verdadeiro propósito do dar não é receber honras, mas manter o poder e a riqueza da elite. Nunca se enfatiza o suficiente que o relativo 'sucesso' do Império romano, em comparação com outros impérios pré-industriais, bem mais violentamente extrativos e instáveis, reside em larga medida na extensão do sistema evergético de troca desigual de modo bem amplo em todo o império (GORDON, 2004, p.136).

Pierre Grimal (1999, p.111) menciona que os candidatos ao sistema de favorecimento do Império Romano tinham que ser suficientemente ricos para enfrentarem as despesas decorrentes das honras e, em primeiro lugar, para fazerem à comunidade a dádiva de uma quantia, a *summa honoraria*, que é o agradecimento do eleito aos eleitores. E prossegue:

São os membros desta aristocracia de facto que contribuem para todas as despesas mais ou menos sumptuárias da pequena cidade: construção de monumentos, edificação de estátuas para decorar o fórum local ou para honrar um imperador cujo reinado se inicia. O valor supremo é a glória, ou pelo menos, a notoriedade. De vez em quando, em determinadas ocasiões, um notável oferece a todos os concidadãos um banquete público, muitas vezes acompanhado de uma distribuição de dinheiro. Muitas inscrições conservam a memória destes actos de generosidade, deste 'evergetismo' praticado em todas as regiões do Império. A própria ideia de poder é inseparável da de 'beneficência' (GRIMAL, 1999, p.111).

É evidente que o propósito maior desta filantropia não é aliviar a pobreza. Parte da função dos gestos filantrópicos é registrar e naturalizar as desigualdades do sistema social de cada comunidade,

da mesma maneira como o patronato e a generosidade dos imperadores congregam e orquestram a hierarquia geral do sistema como um todo: as dádivas, as relações de respeito, dependência, autoridade e poder em que se apoia todo o sistema evergético.

Em segundo lugar,

A natureza daquilo que é dado, a distribuição de comida, vinho, azeite e dinheiro; as edificações; os produtos artísticos, os bens em prata para rituais; as fundações e orfanato, tudo isso constrói uma imagem daquilo que a comunidade precisa, imagem construída pela elite em termos de seus juízos próprios de valor. Perdulárias quantidades de bens para os deuses são postas lado-a-lado com necessidades de órfãos. Assim como assume responsabilidade pela comunidade, a elite assume responsabilidade pelos deuses. Assim, estabelece-se como principal transmissora dos valores centrais na comunidade. Ao mesmo tempo, a comunidade se torna dependente da elite no tocante aos recursos para o culto 'piedoso', isto é, equipa com itens adequadamente fornecidos em abundância de parafernália religiosa: a elite se insere sub-repticiamente na comunicação entre o aqui e o outro mundo, não reivindicando algum status mediador especial, mas fornecendo os elementos do culto. (GORDON, 2004, p.139)

Desta forma, podemos entender que o sistema sacrificial é um dos vínculos essenciais entre o sistema imperial organizado no centro e o controle local exercido pelas elites locais na periferia. O evergetismo é o uso socialmente responsável da riqueza, e, por isso, como sistema, proclama a necessidade da desigualdade social. Além disso, o evergetismo sacrificial contribui muito para uma reformulação da noção de comunidade na ausência de

estruturas políticas por meio das quais as aspirações da massa da população podem ter sido articuladas. Por outro lado, a parte desempenhada pelas elites, centrais e locais, na manutenção do sistema sacrificial não era desinteressada, mas antes um elemento crucial no domínio que elas exerciam.

Certamente este tipo de sistema de controle social foi colocado pela política romana e apropriado pelas elites da Judeia. O pobre, o faminto e o sedento poderiam esperar ansiosamente pela solução iminente de suas dificuldades. Contudo, os aristocratas judeus falharam em tradicionais papéis sociais. Ou seja, o sistema patronal na Judeia falhou, trazendo um colapso na economia camponesa e aumentando a tragédia diante dos recorrentes males do campesinato.

As evidências, ou a falta de registros, mostram que as elites israelitas deixaram de cumprir com suas obrigações para com os clientes locais. Sua preocupação era somente com o acúmulo de terras em detrimento do desaparecimento gradual das pequenas propriedades. Ao invés de mediar com os romanos pela situação do *status quo*, parece que os aristocratas de Israel escolheram usar seu próprio poder e a presença romana para obrigar o campesinato local para além de seus limites suportáveis.

Podemos aplicar ao fracasso da Judeia exatamente a descrição do sistema patronato-cliente feito por Wallace-Hadril:

A nobreza dirigente, os sacerdotes, magistrados juizes, conselheiros legais e gerais, formavam um só esquadrão de interceptação de todas as principais linhas de comunicação com o centro do poder estatal e os recursos que este tinha que distribuir. Seu sucesso no controle residia tanto no seu poder de recusar como em sua disposição a distribuir os bens. Desse ponto de vista, a incapacidade de algumas centenas de pessoas aten-

derem às necessidades de centenas de milhares, seu completo fracasso em minorar a pobreza, a fome e as dívidas, e, em verdade, sua exploração dessas circunstâncias a fim de garantir vantagens para si mesmos não podem ser vistas tanto como argumentos em favor da tese da impropriedade do patronato quanto como condições de seu florescimento. (WALLACE-HADRIL, 1989, p.73)

Como vimos, as sociedades agrárias na região do Mediterrâneo dão a impressão de gritante injustiça na esfera distributiva. Um pequeno número de indivíduos gozava de imenso luxo, gastando em um dia bens e serviços suficientes para a manutenção de um grande número de pessoas em um ano; enquanto isso, uma parte considerável da população tinha negada a satisfação das necessidades básicas da vida.<sup>1</sup>

John Kautsky (1982, p.20, 21, 25) atribui esta disparidade social a um fenômeno político que ele distingue entre impérios mercantis e império tradicional. Nos impérios agrários tradicionais, a aristocracia toma o produto excedente da classe camponesa; no império agrário mercantil, a aristocracia toma a terra da classe camponesa. O primeiro devora o esforço e o produto dos camponeses, o segundo aquilo que lhe confere identidade e dignidade. A comercialização da terra empurra um grande e crescente número de camponeses abaixo de donos de uma pequena propriedade para arrendatário, depois para diarista, para mendigo e muitos para bandidos.

Kautsky (1982, p.18), ao analisar os impérios tradicionais, diz que os aristocratas “vivem à custa” dos camponeses. Desta forma, há uma relação unilateral: o aristocrata toma e o camponês dá, ou seja, não há uma reciprocidade na relação entre aristocrata e camponês. Nos impérios tradicionais, a classe camponesa e a aristocracia vivem quase

que em mundos diferentes; além da expropriação da produção excedente em forma de aluguéis, pedágios, impostos, ou exigências de trabalho, a última quase não interferia na primeira; mesmo que o camponês fosse rebaixado à condição mínima de subsistência ele continuava dono de sua terra e livre para usá-la.

Nos impérios mercantis, porém, a aristocracia, além de aumentar os impostos até reduzir o camponês ao nível mais baixo de subsistência, também poderia tomar sua terra, tornando-o arrendatário ou trabalhador na terra que outrora possuía como herança familiar. Isso se dava pelo fato de que a tributação crescente achatava tanto as condições de vida que o endividamento progressivo era inevitável. Este, por sua vez, levava à expropriação da terra à medida que os devedores se tornassem insolventes e as hipotecas fossem executadas.

Assim, a principal indicação para esta diferença entre estes dois tipos de impérios é a questão da alienabilidade da terra. No reino tradicional, caso da Judeia, a terra é herança familiar a ser conservada pela classe camponesa. No império agrário mercantil, a terra é mercadoria comercial a ser explorada pela aristocracia. A comercialização rural, a expropriação da terra e a degradação do camponês são mais ou menos sinônimos. E à proporção que aumentam, aumentam também as incidências de resistência, rebelião e revolta camponesa.

Como diz Kautsky:

Acima de tudo, o camponês, ao contrário do fazendeiro, não considera a terra como capital ou mercadoria (...). A terra se torna alienável e uma mercadoria apenas sob o impacto da comercialização, como aconteceu na Grécia, em Roma, no império chinês, e na Europa medieval. No império aristocrático tradicional a terra não se compra ou vende. A habilidade para explorar os cam-

poneses na terra – e, neste sentido, sua própria terra – pode ser passado de um aristocrata para outro por conquista, acordo, ou herança, mas, sujeito à exploração aristocrata, o camponês é um homem que tem o efetivo controle de um pedaço de terra ao qual ele está ligado por laços de tradição e sentimento. A terra e ele são partes de uma coisa só, um velho corpo estabelecido de relacionamentos, independente de se o camponês é legalmente o dono ou arrendatário, livre ou servo (KAUTSKY, 1982, p.273).

Certamente, os camponeses, que durante séculos aceitaram seu modo de vida de subsistência e a apropriação do excedente, sentem na comercialização o cheiro de ruína e se esforçam por obter não só a restauração do direito de explorar as bases tradicionais de seu modo de vida mas visões mais utópicas de igualdade social e, acima de tudo, de liberdade para viver segundo os costumes de seus ancestrais que eles consideram o mundo ideal.

Max Weber (2004, p.168) também prevê este tipo de conflito ao argumentar que:

Nessa expansão, interesses capitalistas no solo podem entrar em conflito com aqueles dos camponeses. Esse conflito desempenhou um papel importante, na política de expansão de Roma, durante a longa época das lutas estamentais até o tempo dos Gracos: naturalmente, os grandes proprietários de dinheiro, gado e escravos desejavam ver tratado o solo recém-conquistado como terra pública arrendável (*ager publicus*), enquanto os camponeses, desde que não se tratasse de regiões excessivamente remotas, exigiam sua distribuição para prover seus descendentes com terras.

**Ao que tudo indica, à medida que a comercialização rural vai destruindo o modo de vida do**



camponês tradicional, rompendo a rede de segurança baseada nas relações de parentesco na aldeia na tentativa de mudar a condição da terra de herança familiar inalienável em mercadoria comercial negociável, a resistência camponesa aumenta gerando uma rede de conflitos como prelúdio de uma rebelião armada.

Também podemos crer que a comercialização da terra não só transtorna a vida camponesa no que diz respeito à sua relação com a terra, mas também com a vida tradicional na cidade e até na metrópole. Esta comercialização pode tornar relativa a importância dos sacerdotes, negar o valor do Templo e todo o aparato religioso, mudar a validade da lei, costumes e moralidade.

Podemos concluir que o processo de romanização acentuou as graves tensões sociais e econômicas que levaram parte da população nativa da Judeia, cujo modo de vida era pautado pela estrita observação da lei mosaica, às repetidas demonstrações de rebelião em toda a história romana. Esta tensão foi, sem dúvida, produzida pelo contraste de estilos diferentes de vida econômica. O Império Romano era mercantil ao invés de tradicional. Estava interessado não apenas em manter a posse de territórios e cobrar impostos, mas também em desenvolver territórios e aumentar receitas. Sobrepondo-se a isto, está a tradição judaica, com sua insistência em um Deus de direito e justiça, que mantinha um povo no direito e na justiça, por uma lei de direito e justiça em uma terra de direito e justiça (CROSSAN, 2004, p.220).

Aqui a tradição e o comércio conflitam fortemente no ponto da comercialização rural, em que a terra para os romanos era um bem empresarial, e a tradição legal, segundo a qual, para alguns judeus, a terra era uma dádiva divina. Por isso, entendemos que as relações entre os judeus tradicionais e os romanos imperiais se tornaram insupor-

táveis e desastrosas.

Outro fator que também contribuiu para o fracasso do evergetismo na Judeia foi a progressiva concentração de propriedade, a qual aguçou a luta pela sua distribuição no século I E.C. e alimentou a fogueira dos moradores rurais contra a elite judaica durante a revolta de 70 E.C. Por confisco, Herodes tinha se adonado de muitíssima terra (JOSEFO, 2005, p.307). Estas propriedades foram mais tarde vendidas pelos romanos (JOSEFO, 2005, p.355).

Como somente os homens de grande capital tinham direito à compra, os ricos enriqueciam mais ainda. Suas terras eram usadas para produzir mercadorias de exportação. Desde muito cedo o bálsamo estava nas mãos dos governantes (JOSEFO, 2005, p.361). Príncipes herodianos forneciam cereais às cidades helenísticas (JOSEFO, 2005, p.321; *Vita 1*, p.119). O azeite era exportado com bons lucros à Síria (JOSEFO, 2005). Os grandes proprietários já detinham os terrenos mais férteis.

A pressão socioeconômica resultou, sobretudo, de uma luta pela distribuição dos bens entre as camadas que produzem e as que se beneficiam. Nesta luta, porém, não se opõem classes claramente delimitadas. Pelo contrário, a luta pela distribuição continua pelos grupos exploradores. Elites do poder romano e autóctones faziam concorrência em torno da sua parcela na exploração do país. Nesta concorrência, podemos encontrar explicação para a situação explosiva da Palestina no século I E.C.<sup>2</sup>

A importância dos impostos estatais transparece nos eventos verificados quando Calígula tentou erigir sua estátua no Templo de Jerusalém (39/40 E.C.): face às demoradas demonstrações de protesto, temia-se, na época, que a cessação da agricultura traria como saldo necessário o banditismo,<sup>3</sup> porque os camponeses participantes da manifestação

não teriam condições de pagar os impostos (JOSEFO, 2005, p.274). Eram, pois, muitas vezes, dívidas de tributos que impeliam ao abandono da terra natal e, indefeso, o trabalhador sentia-se à mercê dos credores.

Aos tributos estatais juntavam-se os religiosos. A principal fonte de renda dos sacerdotes, o dízimo, não constituía mera exigência teórica. Para os fariseus fazia parte do programa religioso. Josefo narra que aconteciam lutas acirradas em torno da sua distribuição: “Os sumos sacerdotes por fim foram tão longe em sua insolência e audácia que não vacilaram em enviar seus servos às eiras e fazer com que tirassem o dízimo devido dos sacerdotes; isto trouxe o resultado de que os mais pobres entre os sacerdotes morriam de indigência” (JOSEFO, 2005, p.206).

Mais determinante que a soma quantitativa das cobranças de impostos, segundo Theissen (1989, p.42), foi sua concorrência: os romanos tinham poder militar para impor sua tributação, enquanto a aristocracia sacerdotal tinha meios ideológicos para arrecadá-la. A concorrência traz dois resultados, conclui Theissen:

Primeiro, quanto menores eram os instrumentos de política real da aristocracia local, mais ela tinha que compensar com ênfase legitimadora o que faltava em força real. Reforço legitimador conseguia-se pela insistência na lei, já que na lei era assegurada e legitimada a base da existência dos sacerdotes pela vontade divina. Objetivamente lhes interessava um certo rigorismo legalista. O partido dos saduceus aristocráticos e dos fariseus legalistas, antigamente inimigos, passaram a lutar juntos por este interesse, de modo que sua disputa arrefeceu no sec. I d.C: o que os fariseus propagavam por motivos religiosos (p.ex., o dízimo), tinha que convir aos aristocratas sacerdotais

já por razões econômicas.

(...) Uma segunda decorrência da competição entre os dois sistemas de impostos foi que o etnocentrismo e a xenofobia tinham que ser convenientes à aristocracia, que podia canalizar contra os romanos as agressões nutridas pela luta em torno da distribuição de bens. (...) Por mais que a aristocracia estivesse interessada num entendimento com os romanos, dificilmente podia, por razões de política interna, prescindir deles como objeto da hostilidade nacional. (THEISSEN, 1989, p. 42)

Portanto, a origem de grande parte da tensão social na Judeia estava no crescimento e natureza mutável da economia, que estimulava cada vez mais intensamente a hostilidade de classes. Josefo fala de uma doença universal na Judeia a partir do ano 6 E.C., que levou os ricos a oprimir as massas e as massas a saquear os ricos (JOSEFO, 2005, p.260). As causas de tal hostilidade estavam na lacuna que se ampliava entre ricos e pobres à medida que a economia da Judeia era integrada, de modo singular, no mais amplo mundo mediterrâneo.

## NOTAS

1 Estudos exaustivos das formas de existência econômica das sociedades e impérios agrários do antigo Mediterrâneo podem ser encontrados em: LENSKY, Gerhard. *Power and Privilege: a theory of social stratification*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1966; EISENSTADT, Shmuel Noah. *The Political Systems of Empires*. New York: The Free Press, 1969.

2 Para uma maior visualização desta luta interna pelo poder e sua crescente escalada de violência, ver HORSLEY, Richard A. *Jesus and the Spiral of violence*, 1993.

3 Para uma narrativa clara destes acontecimentos na defesa de que o banditismo revolucionário não era comum antes de 50 E.C, mas que foi acentuado pela política

econômica de Roma ao longo do tempo, ver RHOADS: *Israel in Revolution*. 6-74 C.E, 1976.

## REFERÊNCIAS

- CROSSAN, John Dominic. *O Nascimento do Cristianismo; o que aconteceu nos anos que se seguiram à execução de Jesus*. Trad. Barbara Theoto Lambert. São Paulo: Paulinas, 2004.
- EISENSTADT, Shmuel Noah. *The Political Systems of Empires*. New York: The Free Press, 1969.
- FAULKNER, Neil. *Apocalypse; the great Jewish revolt against Rome, AD 66-73*. Charleston, SC: Tempus Publishing Limited, 2004.
- GORDON, Richard. 'O Véu do Poder' in HORSLEY, Richard A. *Paulo e o Império; Religião e Poder na Sociedade imperial romana*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Paulus, 2004.
- GRIMAL, Pierre. *O Império Romano*. Trad. Isabel Saint-Aubyn. Lisboa: Edições 70, 1999.
- HADRILL, Andrew Wallace (ed.). *Patronage in Ancient Society*. London: Routledge, 1989.
- HALL, Anthony. "Patron-Client Relations: Concepts and Terms," in Steffen W. Schmidt, Laura Guasti, Carl H. Lande, and James C. Scott (eds), *Friends, Followers, and Factions: A Reader in Political Clientelism*. Berkeley: University of California Press, 1977, p.510-512.
- HORSLEY, Richard A. *Paulo e o Império; Religião e Poder na Sociedade Imperial Romana*. Trad. Adail Ubirajara Sobral. São Paulo: Paulus, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Jesus and the Spiral of violence; Popular Jewish resistance in Roman Palestine*. Minneapolis: Fortress Press, 1993
- JOSEFO, Flávio. *História dos Hebreus*. Trad. William Whiston. 9ª. ed. Rio de Janeiro: CPAD, 2005.
- KAUTSKY, John H. *The Politics of Aristocratic Empires*. North Carolina: University North Carolina Press, 1982.
- LENSKY, Gerhard. *Power and Privilege: a theory of social stratification*. Chapel Hill: University of North Carolina Press, 1966.
- MALINA, Bruce J. *O Evangelho Social de Jesus. O Reino de Deus em perspectiva mediterrânea*. Trad. Luiz Alexandre Solano Rossi. São Paulo: Paulus, 2004.
- SALLER, Richard P. *Personal Patronage under the Early Empire*. Cambridge, London: Cambridge University Press, 1982.
- THEISSEN, Gerd. *Sociologia do movimento de Jesus*. Tradução de Werner Fuchs e Annemarie Hohn. São Leopoldo: Sinodal, 1989.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 3ª ed. Trad. Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1994. Vol 2.